

# GAZETA DO SUDOESTE

**INANTE** quinta-feira, 16 de maio de 1996

**ANO IX** 

**Prefeitura Municipal de Pato Branco**

**Estado do Paraná**

**Lei nº 1.441**

**Data: 09 de maio de 1996.**

Súmula: Autoriza a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar pessoal por prazo determinado.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar por prazo determinado, pelo período de doze (12) meses, oito (8) médicos, três (3) enfermeiras, quatro (4) auxiliares de enfermagem e um (1) operador de raio X, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde.

Parágrafo Único - Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, com os salários previstos na Tabela de Vencimentos dos Servidores do Quadro próprio da Fundação para funções iguais ou semelhantes, e sua admissão será precedida de teste seletivo.

Art. 2º - Revogando as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 09 de maio de 1996.

Delvino Longhi - Prefeito Municipal



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º <u>4</u>
<u>Branco</u>

## PROJETO DE LEI Nº 30/96.

**SÚMULA:** Autoriza a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar pessoal por prazo determinado.

**Art. 1º** - Fica autorizada a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar, por prazo determinado, pelo período de doze (12) meses, oito (8) médicos, três (3) enfermeiras, quatro (4) auxiliares de enfermagem e um (1) operador de Raio X, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde.

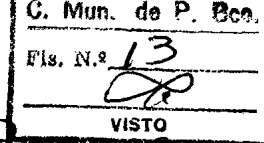
Parágrafo Único. Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com os salários previstos na Tabela de Vencimentos dos Servidores do Quadro Próprio da Fundação para funções iguais ou assemelhadas, e sua admissão será precedida de teste seletivo.

**Art. 2º** - Revogando as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco



**Exmo. SR.**

**Cláudio Bonatto**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.**

A Comissão de Finanças e Orçamento, através de seus membros infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário e solicitam o apoio dos nobres pares para a aprovação da seguinte EMENDA ao Projeto de Lei nº 30/96:

## EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 30/96, passando a vigorar com o seguinte teor:

Art. 1º - Fica autorizada a Fundação de Saúde de Pato Branco, contratar, por prazo determinado, até 31 de dezembro de 1.996, oito (8) médicos, três (3) enfermeiras, quatro (4) auxiliares de enfermagem e um (1) operador de raio x, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde.

Nestes Termos;  
Pedem Deferimento.

Pato Branco, 06 de maio de 1.996.

*Oradi F. Caldato*  
Oradi Francisco Caldato

*Nelson Bertani*  
Nelson Bertani

*Clmar F. Pastorello*  
Clmar Francisco Pastorello

*Calinho Antonio Polazzo*  
Calinho Antonio Polazzo

*Luiz Moraes*  
Luiz Moraes

Votos Contra

Hélio  
Lvo Polo  
Gabriel

Flaileiro  
Pedro Polo - Bonatto  
Geraes - Arcari  
Ruaro - Cui  
Pastorello

A Favor

Caldatto  
Polazzo  
Carcondes

REJEITA DA

Telefax (0462) 24-2243

85.505-030

Pato Branco

Paraná



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.

Fls. N.º

12

VISTO

## COMISSÃO DE MÉRITO

### PARECER AO PROJETO DE LEI 30/96

Busca o Executivo Municipal, através do presente Projeto de Lei, a autorização legislativa para que a Fundação de Saúde de Pato Branco possa contratar por prazo determinado, médicos, enfermeiras e auxiliares, para atendimento daquela Fundação.

Analizando a matéria em questão, e considerando que a transformação da saúde pública de Pato Branco assume a qualificação da Prestação do Serviço de forma de gestão semi-plena, nos moldes do Governo Federal, entendemos haver pleno mérito na solicitada autorização legislativa.

PARECER: Diante do acima exposto, e tendo em vista o impedimento de realização de concurso nesta época anterior e também posterior à realização das eleições municipais, a alternativa oportuna é a autorização legislativa para fins de contratação de pessoal, com o que fornecemos **PARECER FAVORÁVEL**.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco em 02 de maio de 1996

Ivo Polo  
Presidente PDT

Nereu Faustino Ceni  
Relator PC do B

Oswaldo Ruaro  
Membro PPB

Gilson Marcondes  
Membro PDT

Pedro Polo  
Membro PFL



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Branco
Fls. N.º <i>11</i>
VISTO

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº30/96

Esta Comissão em análise ao Projeto de Lei nº30/96, que busca em seu texto autorização para contratar pessoal por prazo determinado para a Fundação de Saúde de Pato Branco, entende haver plena capacidade do município em suportar, de acordo com as dotações orçamentárias, estas contratações de 16 novos funcionários pelo período de 12 meses. Por ser de vital importância para a manutenção do funcionamento do sistema de atendimento à saúde neste município, emitimos PARECER FAVORÁVEL a aprovação da matéria.

Pato Branco, 02 de Maio de 1.996

*Oradi F. Caldato*  
ORADI FCO. CALDATTO  
Presidente

*Cilmar F. Pastorello*  
CILMAR FCO. PASTORELLO  
Relator

*Nelson Bertani*  
NELSON BERTANI

*Carlinho A. Polazzo*  
CARLINHO A. POLAZZO

*Luis G. Moraes*  
LUIS G. MORAES

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO,  
abaixo assinado, com base nos artigos nºs. 49 e 53 do Regimento  
Interno no desta Casa de Leis, nomeia como relator do Projeto  
de Lei nº 30/86 O Vereador Gilmar Luiz Agreori.

Pato Branco, 29 de Abril de 1986

[assinatura]  
Presidente da Comissão de Justiça e Redação  
Oswaldo Luiz Gabriel

Gilmar L. Agreori



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º <i>2</i>
<i>L</i>
VISTO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### Parecer ao Projeto de Lei nº 030/96

Esta Comissão analisando o Projeto de Lei em tela de autoria do Executivo Municipal, o qual solicita autorização legislativa para que a Fundação de Saúde de Pato Branco possa contratar, por prazo determinado, pelo período de 12 (doze) meses, oito (08) médicos, três (03) enfermeiras, quatro (04) auxiliares de enfermagem e um (01) operador de raio x, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde, resolve fornecer **parecer favorável** a aprovação da matéria, por encontrar-se a mesma amparada nas disposições contidas na Lei Municipal nº 1078/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 1.325/94 que tratam do assunto em apreço.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 30 de abril de 1996.

  
**Osvaldo Luis Gabriel - Presidente**

  
**Gilmar Luis Arcari - Relator**

  
**Hélio Domingos Picolo**

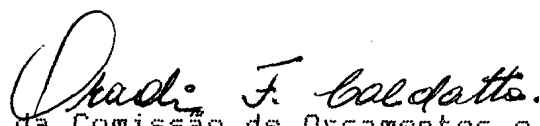
  
**Osvaldo Ruaro**

  
**Pedro Polo Neto**

## COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇA

O Presidente da COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇA  
abaixo assinado, com base nos artigos nºs. 49 e 53 do Regimento  
Interno no desta Casa de Leis, nomeia como relator do Projeto  
de Lei nº. 30/96 O Vereador. Nelson Butani

Pato Branco, 29 de Abril de 1996

  
Presidente da Comissão de Orçamentos e Finança  
Oradi Francisco Caldato





Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º <i>08</i>

## ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 30/96

Através do Projeto de Lei em epígrafe, pretende o Executivo Municipal, obter autorização legislativa para que a Fundação de Saúde de Pato Branco possa contratar, por prazo determinado, pelo período de doze (12) meses, oito (08) médicos, três (03) enfermeiras, quatro (04) auxiliares de enfermagem e um (01) operador de raio x, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde.

O Departamento Administrativo Financeiro da Fundação de Saúde de Pato Branco informa haver recursos orçamentários necessários para se efetuar as pretendidas contratações.

A proposição encontra guarida nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.078/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 1.325/94, que tratam do assunto em questão.

Permite a Lei nº 1.325/94 que as contratações destinadas a atender casos de excepcional interesse público se deem também para atender serviços de caráter temporário.

Diante da necessidade das contratações pleiteadas, exaramos parecer favorável a regular tramitação da matéria, todavia, cumpre ao Legislativo Municipal cobrar da Fundação de Saúde de Pato Branco a realização de concurso público para o preenchimento de vagas existentes em seu quadro de pessoal, objetivando suprir a necessidade na área de saúde, tendo em vista que as solicitações para contratação de pessoal temporário para atender excepcional interesse público são constantes, conforme se depreende das Leis nºs 1.347/94 e 1.361/95 (Fundação de Saúde de Pato Branco).

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 29 de abril de 1.996.

*José Renato Monteiro do Rosário*

José Renato Monteiro do Rosário  
ASSESSOR JURÍDICO



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 06
7
VISTO

## **PROJETO DE LEI Nº 30 /96**

***Súmula:*** *Autoriza a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar pessoal por prazo determinado.*

***Art. 1º.*** *Fica autorizada a Fundação de Saúde de Pato Branco a contratar, por prazo determinado, pelo período de doze (12) meses, oito (8) médicos, três (3) enfermeiras, quatro (4) auxiliares de enfermagem e um (1) operador de Raio X, para atender serviços emergenciais junto ao Centro de Atenção Integral à Criança do Bairro Planalto e em face da alteração do sistema de gestão do Sistema Unificado de Saúde.*

***Parágrafo único.*** *Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com os salários previstos na Tabela de Vencimentos dos Servidores do Quadro Próprio da Fundação para funções iguais ou assemelhadas, e sua admissão será precedida de teste seletivo.*

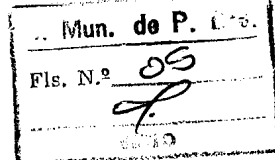
***Art. 2º.*** *Revogando as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.*



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



## **M E N S A G E M    Nº 16/96**

*Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Câmara Municipal de Pato Branco - PR.*

*Valemo-nos desta Mensagem para encaminhar à esta Colenda Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que solicita autorização legislativa para que a Fundação de Saúde de Pato Branco possa contratar oito (8) médicos, três (3) enfermeiras, quatro (4) auxiliares de enfermagem e um (1) operador de Raio X, por prazo determinado, pelo período de doze (12) meses, para atender necessidade temporária decorrente do aumento da demanda de serviços em face do atendimento ao Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC do Bairro Planalto, assim como em razão da mudança do sistema de gestão do SUS, de Gestão Parcial para Gestão Semi-Plena estabelecido pelo Governo Federal.*

*Como o problema surgiu em face desses motivos e sua solução deve ser imediata sob pena de deixar pessoas que necessitam de atendimento à saúde à mercê da sua própria sorte, o que seria inadmissível, não há outra alternativa que não seja a contratação temporária, na forma prevista no incluso Projeto de Lei, ou seja, regidos pela CLT e FGTS, por prazo determinado, limitado a doze (12) meses, com salários previstos na Tabela de Vencimentos dos Servidores do Quadro Próprio para funções iguais ou assemelhadas, e a contratação devidamente precedida de teste seletivo aos candidatos.*

*Contando com a aprovação do Projeto de Lei anexo, antecipamos agradecimentos e colhemos o ensejo para renovar protestos de estima e consideração.*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco-PR, 24 de abril 1.996.*

**Delvino Longhi**  
**Prefeito Municipal**



# Fundação de Saúde de Pato Branco

Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 04
Visto

## DEPTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Interessado: Departamento de Saúde

Objeto: Contratação de pessoal por tempo determinado

### INFORMAÇÃO

A respeito do que solicita o Departamento de Saúde desta Fundação, ou seja, contratar Oito Médicos, Três Enfermeiras, Quatro Auxiliares de Enfermagem e Um Operador de R.X., para atender a demanda de serviços intensificados após a mudança de Gestão Parcial para Gestão Semi-Plena e ampliação do Atendimento do Caic no Bairro Planalto; Informamos o seguinte:

Existe dotação orçamentária no exercício vigente que possibilita a contratação pretendida e que a remuneração dos profissionais obedecerá a Tabela de Vencimentos de Pessoal do Quadro Próprio da Fundação e serão regidos pela C.L.T., com contrato por prazo determinado pelo período de 01(um) ano.

Desta forma, a nosso ver, poderá ser efetuada tais admissões, em caráter temporário.

É a informação

Pato Branco, 18 de abril de 1996

Fundação de Saúde de Pato Branco

Carlos Mariotti

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



# Fundação de Saúde de Pato Branco

Prefeitura Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Mun. de P. Bco.  
Fls. N.º 03  
VISTO

Ofício nº 94

Pato Branco, 18 de abril de 1996

Excelentíssimo Senhor.

DELVINO LONGHI

Digníssimo Prefeito Municipal

PATO BRANCO - PARANA

Prefeitura Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO

Nº 181407

Senhor Prefeito:

Devido à mudança de Gestão Parcial para Gestão Semi Plena e a ampliação do atendimento no CAIC do Bairro Planalto, os serviços aumentaram consideravelmente e a Fundação de Saúde não possui pessoal suficiente para atender a demanda existente.

O Departamento de Saúde necessita de Oito Médicos, Três Enfermeiras, Quatro Auxiliares de Enfermagem e Um Operador de R.X., cujas contratações possibilitarão dar seqüência ao Sistema implantado e atender a demanda existente.

A remuneração dos profissionais serão de acordo com o estabelecido na Lei que rege o Quadro de Pessoal da Fundação de Saúde.

Anexo a este, encaminhamos parecer do Departamento Administrativo Financeiro, informando sobre a disponibilidade de Recursos.

Certos de sua atenção e atendimento, antecipamos agradecimentos e colhemos o ensejo para apresentar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente

Fundação de Saúde de Pato Branco

ALGEM RECH  
DIRETOR PRESIDENTE



**Prefeitura Municipal de Pato Branco**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

C. Mun. de P. Br
Fls. N.º 02
VISTO

**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Protocolo nº 181407/96**

**Interessada: Fundação de Saúde de Pato Branco**

**Objeto: Contratação de pessoal por prazo determinado**

**PARECER**

*A Fundação de Saúde, através do protocolado, solicita autorização legislativa para promover a contratação temporária de 8 médicos, 3 enfermeiras, 4 auxiliares de enfermagem e 1 operador de RX, para atender à demanda dos serviços do Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC, em face da alteração no sistema de prestação dos seus serviços, que passou de Gestão Parcial para Gestão Semi-Plena, com o que tornou-se impossível o atendimento dos serviços cometidos à Fundação.*

*Não resta dúvida de que o correto e normal para resolver definitivamente a questão seria a realização de concurso para admissão do pessoal em caráter definitivo. Todavia, como o problema se apresenta e exige solução imediata sob pena de pessoas adoentadas perecerem ou ficarem à mercê da sua própria sorte, não há como se ignorar o problema. A única solução viável no momento, para atender à situação emergencial, sem dúvida, é a contratação temporária do pessoal indicado.*

*Segundo prescreve a Lei nº 1.078, de 25 de novembro de 1.991, com as alterações dadas pela Lei nº 1.325, de 29 de setembro de 1.994, no disposto no inciso V do artigo 2º, do primeiro diploma legal citado, há previsão para tanto, que prevê a possibilidade de contratação temporária de pessoal para suprir carência de pessoal na educação e saúde.*

*E, como informa o Departamento Administrativo e Financeiro da Fundação, há disponibilidade de recursos financeiros para custear o pessoal necessário, que será contratado pelo regime da CLT e FGTS, por prazo determinado, com a remuneração*



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

C. Mun. de P. Br.
Fls. N.º 01
<i>[Handwritten signature]</i>

*prevista para funções idênticas ou assemelhadas, constantes da Tabela de Vencimentos do Pessoal do Quadro Próprio da Fundação.*

*Diante disso, opinamos no sentido de que há previsão legal para atender às necessidades mencionadas no expediente da Fundação de Saúde de Pato Branco, mediante a contratação temporária do pessoal nele constante, o que deve previamente ser submetido à apreciação do Legislativo Municipal, via Projeto de Lei específico.*

*É o parecer, "sub censura".*

*Pato Branco, 24 de abril de 1.996*

Prefeitura Municipal de Pato Branco

*[Handwritten signature]*  
Nelson Sguarizi  
OAB/PR 1448 - ASSESSOR JURÍDICO